

JARDINS HISTÓRICOS – INTRODUZINDO A QUESTÃO

Bruno Luiz Domingos De Angelis

Engenheiro agrônomo, professor doutor do Departamento de Agronomia e dos Programas de Pós-graduação em Agronomia e Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

Generoso De Angelis Neto

Engenheiro civil, professor doutor do Departamento de Engenharia Civil e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

PATRIMÔNIO

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor, a partir de conceitos conhecidos, um roteiro que permita implementar a gestão e restauro de jardins históricos. Expõe-se as diversas fases de intervenção nesses jardins, condensadas em dois grupos: de ordem administrativa e aquelas relacionadas à vegetação. Enumeram-se ainda os fatores que influenciam a gestão de um jardim histórico e, finalmente, conclui-se que é a fragilidade dos elementos as quais compõem esses jardins que os torna fascinantes, além de serem coadjuvantes da história no registro do modo de viver de diferentes épocas.

Palavras-chave: Paisagismo, jardins históricos, restauração, gestão.

ABSTRACT

Based on known concepts, this study aims at showing a plan that allows to implement both the management and repair of historic gardens. The several intervention phases upon these gardens are exposed, condensed in two groups: an administrative one, and those related to the vegetation. The factors that influence the management of a historic garden are also shown and, finally, it can be concluded that it is the fragility of the elements that compose these gardens that make them fascinating, besides being co-operators of the history concerning the register of the way of living in different ages.

Key words: *Landscape, historic gardens, restauration, management.*

JARDINS HISTÓRICOS – INTRODUZINDO A QUESTÃO

Introdução

Abordar a questão dos jardins históricos em nosso país pode parecer algo sem maior importância, visto ainda hoje acreditar-se que por sermos uma nação “jovem” não temos o que oferecer ou, mais sério, não temos exemplares a justificar estudos nessa área. Diferentemente do que se pensa, o Brasil tem a oferecer e com o que se preocupar ao abordar essa temática, uma vez que já somamos uma história registrada de 500 anos desde o descobrimento. O que nos falta é um número maior de profissionais trabalhando com o assunto. Falta-nos também a consciência preservacionista da memória nacional, a qual não se aplica somente ao caso presente, mas em praticamente todas as áreas relacionadas ao passado. Não podemos esquecer também da carência crônica que permeia os órgãos responsáveis pela preservação, conservação e manutenção do patrimônio histórico, seja ele federal, estadual ou municipal. Essa carência é de ordem, sobretudo, material e humana; esses órgãos trabalham sem as mínimas condições e, mesmo assim, conseguem operar verdadeiros milagres na preservação de parte do patrimônio histórico; é a vontade, muitas vezes pessoal, ou de grupos que resulta em um trabalho de preservação e conservação. A ação da iniciativa privada tem sido determinante no aporte de recursos financeiros, permitindo o desenvolvimento de atividades concretas.

É nesse universo contraditório que pretendemos iniciar a discussão sobre os jardins históricos, principalmente na abordagem de alguns conceitos, gestão e metodologia de trabalho, sem termos a menor intenção de esgotar o assunto.

Jardins históricos, de acordo com Durante (2000), constituem-se a expressão da cultura e do modo de entender a natureza, próprio do projetista e de seu tempo; mas são também composições de elementos naturais em equilíbrio dinâmico, em constante transformação e evolução.

Ampliando o conceito acima exposto por Durante (2000), podemos dizer que o jardim histórico é uma composição arquitetônica e, sobretudo vegetal que, do ponto de vista histórico ou artístico, representa um interesse público,

e deve ser considerado como monumento. Constituído principalmente por vegetação, e como tal deteriorável e renovável, o jardim histórico exige regras específicas para sua preservação e manutenção. É sobre esse caráter da mutabilidade, a qual o tempo imprime nos elementos vegetais, que reside a maior preocupação dos profissionais que trabalham com esses jardins. Em decorrência disso, manutenção, conservação e restauro são intervenções a necessitarem de adequada análise, planejamento e capacidade de execução dos trabalhos. Não significa, porém, que, em sendo a vegetação o elemento mais exigente, releguem-se a segundo plano os demais componentes do jardim. Em geral os jardins históricos comportam obras de arte (esculturas, edificações e tantas outras) as quais, com a vegetação, compõem o conjunto desses espaços; não há como e nem se deve dissociar um elemento do outro. É a preservação e a associação de ambos, em uma simbiose equilibrada e harmoniosa, que fazem de um jardim histórico um bem cultural.

Há décadas mundo afora pesquisa-se sobre a restauração de jardins. E por restauro se entende, geralmente, recuperação de jardins históricos. Nesse momento cabe uma pergunta: quando um jardim passa a fazer parte da história? Responder a esse questionamento é algo complexo que exige estudos específicos sobre cada caso, considerando-se fatores não só de ordem temporal, mas toda uma gama de parâmetros que devem ser considerados, e sobre os quais falaremos mais à frente. Oportuno é o registro feito por Pizzeti (1991, p. 54) quanto a esta questão: *“... responder quando um jardim passa a fazer parte da história é o mesmo que responder em que momento, de simples organismo, um indivíduo passa a ser humano pela aquisição da alma”*.

A cultura dos jardins históricos tem sua origem distante em uma “invenção” dos italianos do século 16, qual seja, o Horto Botânico. Criado como instituição acadêmica e concebido para cultivo e conservação de plantas com fins didático e de pesquisa científica, o primeiro horto foi fundado na cidade de Pisa, Itália, nos anos de 1543-1544, por um médico e botânico natural de Ímola, Luca Ghini. O impacto sobre a comunidade científica da época foi tal que, em pouco tempo, outros hortos são implantados nas mais prestigiadas universidades da Itália e da Europa: Florença, Pádua, Leiden, Montpellier, Bolonha.

Com o passar do tempo, houve a necessidade de estabelecer-se um ordenamento único que balizasse os trabalhos com os jardins ditos históricos, estabelecesse metodologias condizentes, uniformizasse conceitos e determinasse o valor artístico-histórico-cultural desses espaços. É assim que, em 21 de maio de 1981, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Histórico-Artísticos, por meio do Comitê Internacional de Jardins Históricos (ICOMOS-IFLA), reunido na cidade de Florença (Itália), elaborou uma carta relativa à salvaguarda desses jardins. Adotada em 15 de dezembro de 1982 pelo ICOMOS

com vista a complementar a Carta de Veneza¹ nessa matéria específica, ela dispõe sobre: definição e objetivos; manutenção, conservação, restauração e recuperação; utilização; e, proteção legal e administrativa. A íntegra desse documento, composto por 25 artigos, encontra-se como anexo do presente trabalho. Antes mesmo da edição das cartas de Veneza e de Florença, outros documentos, nacionais e internacionais, haviam abordado a questão das áreas verdes urbana e/ou rural, embora não de forma específica como o fez essa última. Os documentos mais importantes que precederam as duas cartas, tanto nacionais como internacionais são: Carta de Atenas – CIAM – novembro de 1933; Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios – dezembro de 1962 (recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – relativa à proteção da beleza e o caráter das paisagens e sítios); Normas de Quito – novembro/dezembro de 1967 (reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA – sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico); Compromisso de Brasília – abril 1970 (I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil); Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – novembro de 1972 (aprovada pela Conferência Geral da Unesco em sua décima sétima reunião em Paris).

Quanto ao Brasil, embora não se disponha de volume consistente de pesquisa sobre seus jardins históricos, seja de propriedade pública e/ou privada, constata-se que os exemplares existentes são, geralmente, desconhecidos do grande público e, em sua maioria, não valorizados. Em 1985, a Fundação Nacional Pró-Memória, por intermédio do engenheiro arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim e outros profissionais, cria o Programa Jardins Históricos, dando início aos primeiros estudos sobre a temática.

Como exemplo significativo de jardim histórico em nosso país podemos citar o passeio público do Rio de Janeiro. Construído em 1783, fora concebido por um dos maiores artistas do período colonial brasileiro: Mestre Valentim. Contava com obras de arte de autoria do próprio mestre, e sua vegetação predominante era composta por exemplares da flora nacional.

(1) A Carta de Veneza foi redigida e aprovada por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido na cidade homônima de 25 a 31 maio de 1964, tendo sido denominada “Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e de Conjuntos Histórico-Artísticos”. Em 1965 ela foi aprovada pelo ICOMOS, que assim justifica a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico: *“Carregadas de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos continuam sendo no momento presente o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, que cada dia toma consciência da unidade e dos valores humanos, os considera como um patrimônio comum, inclusive às gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por sua salvaguarda.”*

A respeito do passeio público, afirma Segawa (2003):

"[...] um dos recintos urbanos de maior densidade histórica no Brasil. Por sua carga de significados, o Passeio Público continua sendo o jardim, o mais importante do urbanismo colonial brasileiro e entre os mais importantes remanescentes no mundo em seu gênero."

Por si só as palavras de Segawa sintetizam o pensamento que temos exemplares a enquadrarem-se perfeitamente no que se convencionou denominar, mundialmente, como sendo jardim histórico. Outros exemplares Brasil afora estão à espera de serem (re)descobertos, estudados e divulgados.

Filosofia do Jardim Histórico

Ao se abordar a questão dos jardins históricos enquanto obra de arte, Assunto (1973, p. 39) escreve: *"o momento da contemplação não é, como na arquitetura, correlativa à destinação prática do lugar, mas ao próprio fim para o qual o lugar-jardim foi idealizado e realizado"*. Essa exposição permite uma idéia das abstrações acerca das discussões teóricas e filosóficas que permeiam o debate sobre os jardins históricos. No intuito de orientar essas discussões, Battisti (1989, p. 218) estabeleceu alguns princípios norteadores a respeito dos jardins históricos.

- 1º Os jardins são monumentos locais com características peculiares; não são adjacências da arquitetura; não são complementos ou decorações das cidades. Eles apresentam valor artístico, valor histórico, valor enquanto memória.
- 2º Os jardins são todos históricos; todos os jardins são históricos. Não foram idealizados e realizados apenas para serem contemplados; o local-monumento contém, por si só, valor enquanto memória.
- 3º Os jardins não são passíveis de serem reproduzidos. Abri-los ao público não significa expô-los como pinturas ou esculturas, e não quer dizer, também, conceder-lhes uma destinação de uso como as obras de arquitetura.
- 4º Estar em um jardim significa estabelecer uma relação construída com sensibilidade e percepção complexa de cores e odores, temperatura e umidade, dimensões e sons, movimentos e ausência de, em uma relação sempre diferente e sempre renovada entre água, minerais, vegetais, animais, homem.
- 5º Os jardins são a mais precária e exposta das obras do homem. A relação no tempo entre o lugar e o homem está sujeita às modificações as mais diversas (idéias, gostos, ciência, tecnologia, "modismos").

Dois aspectos sobressaem na discussão sobre os jardins históricos: a necessidade de conhecê-los no espaço e no tempo e o caráter multi e interdisciplinar da temática.

O tempo condiciona não somente o nascimento, o desenvolvimento e a morte de cada organismo vivente, mas também as transformações ocorrentes no ecossistema no qual eles vivem; o patrimônio vegetal de um jardim e suas estruturas artificiais não são regidos de forma diferente. A conservação de um jardim histórico necessita de empenho constante, de tal forma que todos os esforços sejam direcionados no sentido de evitar-se sua natural transformação. Esse empenho há de ser tanto maior quanto mais o jardim em questão seja “artificial”. Essa artificialidade diz respeito às diferenças existentes entre as características locais naturais, determinadas pelo clima, solo, relevo e vegetação potencial.

A manutenção do patrimônio vegetal de um espaço artificial é a sua conservação. No entanto, se se trata de “verde” não-histórico, o objetivo final reside na escolha racional e científica das espécies mais adequadas a produzir os efeitos desejados, de forma economicamente vantajosa e ecologicamente correta (máxima produção dos benefícios físicos e psíquicos). Nesse contexto tem-se que se um tal jardim permite a livre expressão do projetista, no jardim histórico esse comportamento não é permitido; a liberdade de (re)projetar e intervir reduz-se a zero. Nesses ambientes é indispensável prevalecer o conceito de conservação, a mais exata possível, consoante com a idéia de quem o projetou. A esse respeito, escreve Giulini (1991, p. 39):

“O projeto de um espaço verde não é um simples exercício botânico, ainda se quem o projeta deva ter grande conhecimento e experiência em biologia vegetal; de fato, um jardim é digno desse nome somente quando, como qualquer obra de arte, suscita evocação do passado, desperta sentimentos, reaviva pensamento, estimula percepções e imprime novas recordações. Gestão e restauro devem, portanto, fazer com que visitantes, mesmo que séculos mais tarde possam ainda perceberem, sem grande esforço, as mesmas sensações sentidas pelo projetista e destinadas ao observador, aos seus hóspedes e seus descendentes.”

Para que um jardim possa ser considerado histórico é condição primeira que atenda a duas premissas: integridade e autenticidade. A esse respeito, afirma Delphim (2002):

“Todo bem cultural deve ser avaliado segundo os conceitos de integridade e autenticidade. Diz-se que um bem é íntegro se há uma relação equilibrada e harmoniosa entre os diferentes elementos de um sistema. Quanto à autenticidade, tem a ver com o grau de originalidade dos elementos. Sobretudo em um jardim, em que sucessivas alterações vão se processando ao longo de sua história, é necessário, primeiro verificar quão íntegro ele se encontra e, em seguida, quão autêntico. Estas condições são im-

portantes para justificar medidas para preservação de todo bem cultural, inclusive os jardins históricos, e constituem a premissa de qualquer trabalho, inclusive de tombamento e de outras formas de acautelamento legal.”

Um jardim histórico comporta uma gama considerável de objetivos que podem ser alcançados. Faremos uma apresentação daqueles que, em nosso entendimento, configuram-se como os mais significativos.

- ✓ Valorizar e difundir exemplares significativos de verde histórico por meio de visitas guiadas e, considerando o grau de desenvolvimento alcançado pela informática, virtuais;
- ✓ ensinar o leigo, o estudante e o profissional a “ler” as diversas tipologias de jardins em suas componentes arquitetônica e vegetal;
- ✓ desenvolver a consciência de respeito pelo ambiente em todas suas manifestações, como patrimônio da coletividade e testemunha cultural local, regional;
- ✓ contribuir para conservação dos sítios de interesse histórico, ambiental e cultural (mesmo se em escala limitada).

Tais objetivos concorrem para:

- ✓ Um qualificado momento de didática a “céu aberto”;
- ✓ uma oportunidade de aproximação com um aspecto significativo da cultura, que pode ser desde local até nacional;
- ✓ um momento de turismo cultural de breve a média duração.

Concluindo o presente item, é preciso entender que a aparência de um jardim histórico é resultado de um contínuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, o desenvolvimento e o depauperamento da componente vegetal. A ação humana se confunde com a da própria natureza, uma vez que o objetivo do profissional é o de conservar ao máximo o estado do jardim e o que ele representa. Nesse contexto é importante conhecer as espécies botânicas cultivadas nos diferentes períodos históricos. Mesmo que não seja possível um estudo mais aprofundado do aspecto histórico-botânico em tais sítios, o conhecimento da história botânica e da própria ciência botânica constituem a base para um correto estudo do jardim.

Gestão dos Jardins Históricos

A gestão de um jardim histórico compreende o trabalho em duas vertentes principais: a que diz respeito às questões de ordem administrativa, e uma segunda que abarca os elementos naturais (vegetação) e artificiais (edificações e estruturas assemelhadas).

Antes de dar-se prosseguimento ao presente item, é importante que se tenha claro a diferença entre os conceitos de “manutenção” e “gestão” aplicados à temática ora em desenvolvimento. Assim sendo e, de acordo com Wright (1991, p. 57):

“Manutenção define as operações de rotina, ou seja, aquelas diárias, semanais, ou efetuadas com periodicidade pré-estabelecidas; seriam as operações necessárias para manter o jardim, como corte da grama, a limpeza das herbáceas, o corte das cerca-vivas, a poda, etc. A gestão, por sua vez, diz respeito ao planejamento a médio ou longo prazo e a organização do jardim, do seu restauro às políticas de renovação, da seleção e organização dos trabalhadores ao orçamento, etc.”

Independentemente das diferenças tipológicas existentes entre jardins históricos, gestão e restauro compreendem diversas fases de pesquisa, que subsidiarão e, finalmente, resultarão na intervenção propriamente dita.

Na seqüência, apresentar-se-á uma sistematização das diversas fases e procedimentos administrativos que norteiam a gestão e restauro de jardins históricos. A presente sistematização foi feita a partir de trabalhos desenvolvidos por Valsecchi (1991) e Trani (2002).

- a) Investigação de todos os dados que possam garantir a correção do processo intervencionista para uma gestão mais adequada. Diz respeito à fase preliminar de trabalho, compreendendo: a pesquisa histórica, arquitetônica, urbanístico-ambiental e morfológica; pesquisa botânica, a catalogação das espécies presentes e também aquelas que se perderam no tempo (que não mais compõem o jardim); pesquisa fitopatológica.
- b) Determinação da técnica a ser empregada nas intervenções, seja de revigoramento, de dendrocirurgia, de poda, de replante ou de substituição de espécies; de revigoramento ou de substituição do estrato rasteiro (gramíneas e/ou herbáceas); de reinterpretação, realinhamento, reconstituição ou modificação de passeios, e ainda da substituição, inserção ou revisão dos materiais inertes que formam esses passeios.
- c) A formação e/ou escolha dos profissionais – ponto determinante e de caráter prevacente no caso de intervenção em jardins históricos. Deve considerar a presença de dois grupos distintos de profissionais:
 - ⇒ pessoal especializado, compreendendo aqueles de nível superior (arquiteto, agrônomo, arqueólogo, paisagista, biólogo...), sob o comando de um profissional que, efetivamente, conheça a arte dos jardins;
 - ⇒ trabalhadores braçais, aqui compreendendo jardineiros, pedreiros e assemelhados, sob a tutela de um jardineiro o qual, ao mesmo tem-

po em que tenha experiência em jardinagem tenha a capacidade de “ordenar” e fazer cumprir tarefas.

- d) A disponibilidade de equipamentos e maquinários, ponto de fundamental importância, em função da possibilidade de redução da mão-de-obra empregada perante os avanços obtidos nessa área.
- e) A escolha e aquisição dos insumos, seja os utilizados na nutrição das plantas, seja no controle de doenças e pragas; enquadra-se aqui, ainda, as estruturas de propagação (sementes, mudas,...). Dependendo do porte do jardim, oportuno seria a implantação de um viveiro que atenda às suas necessidades.
- f) Um particular setor, oportuno de levar em consideração, é aquele atinente à situação político-jurídico-fiscal da área trabalhada. Isto é, se público (esfera federal, estadual ou municipal) ou privado, e todas as implicações relacionadas a uma intervenção.

Pelos seis pontos acima citados é possível verificar que as atividades desenvolvidas em um jardim histórico é tarefa que demanda, além de uma equipe competente, o planejamento prévio do que fazer, como e quando.

Compondo o conjunto da gestão dos jardins históricos e, após exposição das diretrizes administrativas, abordar-se-á a questão da vegetação, fazendo-se uso das diretrizes (adaptadas pelos autores) de Tagliolini (1986) e Giulini (1988).

- a) Recenseamento – É o primeiro quesito a ser implementado quando se trata da vegetação. Como resultado desse levantamento, tem-se um mapa da vegetação da área estudada, representando-se as diferentes espécies com um símbolo ou associação de letras com números, e no ponto exato em que se encontram no campo.
- b) Pesquisa histórica – Pesquisar, da forma a mais acurada, cada possível registro passado, direto ou indireto, seja por fontes primárias, documentos, relatos e mesmo tradições locais que subsidiem o trabalho. A pesquisa histórica pressupõe também o estudo da personalidade do projetista do jardim, as razões e os pensamentos que produziram nele o impulso criativo por primeiro e depois a realização da obra.
- c) A fotointerpretação – Instrumental imprescindível para se conhecer as transformações das últimas décadas é a fotointerpretação. Fotos aéreas contribuem para a restituição de imagens ao longo do tempo. Pela sucessão dessas fotos se revela os eventos que ocorreram sobre o território, desde dados sobre a disponibilidade hídrica no subsolo até as características do solo em uma determinada época. Esse procedimento permite ao profissional, no momento em que, se existirem dificuldades para o resgate e implantação da vegetação original, tomar decisões *ex novo*.

Outro problema que deve ser considerado na gestão dos jardins históricos diz respeito à sua degradação. Entre as causas mais comuns tem-se: pressões especulativas; aspectos econômicos; procedimentos urbanísticos discutíveis; ausência e/ou perda da cultura e profissionalismo dentro da jardinocultura; ausência de incentivos e ordenamentos públicos; ausência de interesse por parte de particulares; ignorância no compreender o significado da idealização e projeção dos jardins antigos (FERRARA, 1997; BAY & QUADRI, 1999).

Nesse contexto de degradação dos jardins históricos, Mark (1993, p. 74) afirma:

“Um aspecto conexo no controle da degradação dos jardins históricos diz respeito ao impacto negativo resultante do uso recreativo dessas áreas. O acesso ao sítio histórico deve ser regulamentado em função da sua fragilidade, de forma a conservar sua essência e sua mensagem cultural.”

A gestão dos jardins históricos compreende atividades diversas que devem ser implementadas a partir de um planejamento temporal, considerando-se sempre as particularidades e especificidades de cada área trabalhada. Não há como definir previamente uma “receita” pronta; quando muito é possível estabelecer linhas gerais, como apresentado, e que nortearão as atividades de forma genérica.

Enquanto para outras expressões artísticas como arquitetura, pintura e escultura, a própria obra constitui a referência primária; para o jardim isto não é válido por completo. Isso porque a vegetação, sua componente principal, é organismo vivo que se altera, inevitavelmente no tempo, segundo seu próprio ciclo existencial. Mas não é somente a vegetação que influencia e determina a gestão; ela é, indubitavelmente, a mais importante entre todos os demais componentes. Porém existem outros, conforme apresentado a seguir.

- a) O processo de envelhecimento – Os jardins estão em constante processo de mutação, seja em relação à sua vegetação, processo natural que permeia os seres vivos, seja no que diz respeito às suas edificações. É preciso conhecer os possíveis limites da idade para que, a partir desse ponto, as intervenções de renovação e restauro passem a ser necessárias a conservar o jardim histórico.
- b) Relação entre desenho do jardim e manutenção – Existe uma estreita relação entre o estilo ou o desenho de um jardim e os níveis de manutenção necessários para conservá-lo em condições satisfatórias. Os jardins formais renascentistas, por exemplo, requerem pessoal mais qualificado na manutenção de suas sebes geométricas que aqueles conhecidos como naturalistas.
- c) Organização e administração da mão-de-obra.

- d) Qualificação e capacitação da mão-de-obra – A manutenção, o restauro e a gestão de jardins históricos demandam a capacitação de pessoal especializado. Dificil estabelecer parâmetros que determinem o profissional mais apto a gerenciar tal atividade. O ideal é a concorrência de profissionais de diversas áreas, tendo em vista a multidisciplinaridade da temática.
- e) Problemas econômicos e operativos.

Esses pontos apresentados não encerram em si toda a questão. Há de atentar-se que cada caso apresentará fatores genéricos (como os expostos) e também aqueles que lhe são particulares. Somente o estudo individualizado pode fornecer subsídios para listar os fatores os quais podem influenciar, sobretudo negativamente, a gestão de jardins históricos.

Restauro de Jardins Históricos

As fontes para a história do jardim são as mais variadas e heterogêneas, da mesma forma complexa e pluridisciplinar se apresenta essa arte que deve parte de seu fascínio à intrínseca fragilidade de seus elementos. Por assim ser, estudar e pretender o restauro de um jardim pressupõe, antes de mais nada, conhecer a dinamicidade própria que envolve as transformações da vegetação ao longo do tempo. Por outro lado, não se pode relegar a segundo plano a relação entre história e o papel desempenhado pelos jardins enquanto agentes dos registros temporais.

A aplicação das técnicas de restauro dos jardins históricos é coisa relativamente recente, e sua teoria não tem ainda a robustez e a riqueza de experiência daquela relativa ao restauro de obras pictóricas e/ou edificadas. Sobre essa questão, escreve Bocchieri (1998, p. 13):

“Si può anzi dire che il lavoro di definizione di una teoria del restauro dei giardini storici sia ancora in corso e che attualmente, più che definitivi assiomi, esistano una serie di orientamenti, che si vanno progressivamente precisando e confrontando con le esperienze che derivano dagli interventi in corso. Il documento teorico riassuntivo del dibattito internazionale è la cosiddetta ‘Carta di Firenze’.”

A intervenção objetivando a restauração deverá respeitar o complexo processo histórico do jardim e a evolução da estrutura e das configurações que o mesmo assume ao longo do tempo. Conservar corretamente um jardim histórico significa, também, manter e valorizar as mensagens compositivas e históricas que o tornaram um documento cultural, e não simplesmente uma simples coleção de plantas com função, por exemplo, essencialmente recreativa.

No processo de restauro, especificamente, no que diz respeito à vegetação, mister se faz que o profissional, ou profissionais envolvidos, sejam qualifica-

dos e tenham conhecimentos os mais abrangentes, e envolva, entre outros: bioclimatologia e biologia vegetal; inovação varietal, hibridação, propagação *in vitro* e técnicas de produção de plantas em viveiro; fertilidade do solo e técnicas agronômicas; técnicas culturais de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas ornamentais; técnicas culturais de gramíneas; silvicultura urbana; ecofisiologia florestal; atuação contra incêndios agroflorestais urbanos e periurbanos; restauro ecológico; proteção de plantas (entomologia, fitopatologia e controle da flora infestante); mecanização e implantação de sistemas de irrigação e drenagem; paisagismo; conservação de parques e jardins históricos; legislação dos bens culturais e ambientais.

Em se tratando de Brasil, temos muito por fazer ainda e, mesmo aqueles países que há tempo dedicam-se ao estudo dos jardins históricos têm apreendido com a experimentação aplicada a cada novo caso, a cada novo restauro. É preciso previamente mudar a mentalidade que, conforme escrito anteriormente, nosso país carece de exemplares que justifiquem trabalhos nessa área. Assim não fosse, já em 1985 a Fundação Nacional Pró-Memória não teria criado o Programa Jardins Históricos, apenas três anos após o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Histórico-Artísticos ter adotado a *Carta de Florença* relativa à salvaguarda desses jardins.

Concluindo, podemos afirmar que o estudo, conservação e restauro dos jardins históricos representam não somente o conhecimento que se pode adquirir a respeito de estilos de jardins, espécies vegetais utilizadas em diferentes momentos da história ou o modismo transitório dos gostos pessoais ao longo do tempo. Estudar e restaurar esses “exemplares vivos” da história da humanidade são interlocuções estabelecidas entre a sociedade presente (e futura) e aquela passada; representam o resgate da cultura de outros tempos e um aprendizado edificado ao longo de décadas e, quiçá, séculos. Ignorar seus atributos e sua mensagem histórico-cultural-artística e didática é menosprezar uma fonte rica e única de informações e conhecimento que se pode extrair desses espaços.

ANEXO

CARTA DE FLORENÇA (1982)

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º – Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado como um monumento.

Artigo 2º – O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável.

Artigo 3º – Visto ser um monumento, o jardim histórico deve ser protegido segundo o princípio da Carta de Veneza. No entanto, por se tratar de um monumento vivo, sua proteção se atém a regras específicas, as quais são objeto da presente Carta.

Artigo 4º – Determinam a composição arquitetônica de um jardim histórico: seu traçado e os diferentes perfis do terreno; suas massas vegetais; espécies; volumetria; cores; espaçamentos e portes; seus elementos construtivos ou decorativos; as águas moventes ou dormentes; e reflexo do céu.

Artigo 5º – Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim adquire o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um “paraíso” no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época e, eventualmente, da originalidade de seu criador artístico.

Artigo 6º – A denominação de jardim histórico se aplica tanto a jardins modestos como a grandes parques de linhas formais ou os de natureza paisagística.

Artigo 7º – Estando ou não unido a uma edificação do qual forme um complemento único, o jardim histórico não pode separar-se de seu próprio entorno urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8º – Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre, etc.

Artigo 9º – A proteção dos jardins históricos exige que sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas de manutenção, conservação e restauração. Em determinados casos é recomendável a recuperação. A autenticidade de um jardim histórico diz respeito tanto ao desenho e proporção de suas partes como de sua composição, ou da escolha das espécies vegetais e outros materiais.

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO, RECUPERAÇÃO

Artigo 10º – Toda operação de manutenção, conservação, restauração ou recuperação de um jardim histórico, ou de uma de suas partes deve levar em conta, simultaneamente, todos os seus elementos. Separar os tratamentos pode vir a alterar a unidade do conjunto.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Artigo 11 – A manutenção dos jardins históricos é uma operação de importância primordial que deve ser contínua. Sendo vegetal seu material principal, a conservação do jardim em seu estado habitual requer tanto reposições concretas, que sejam necessárias, como um programa de longo prazo de renovações periódicas (erradicação completa seguida de replantio com exemplares já formados).

Artigo 12 – A escolha das espécies de árvores, arbustos, plantas e flores que devem ser replantadas periodicamente deve ser conduzida considerando-se os usos estabelecidos e aceitos em cada zona botânica e hortícola, com o objetivo de indentificar as espécies originais e, assim, preservá-las.

Artigo 13 – Os elementos de arquitetura, escultura e decoração, fixos ou móveis, que são parte integrante do jardim histórico não devem ser retirados ou deslocados além do que requer sua conservação e restauração. A substituição ou restauração de elementos em perigo deve ser executado consoante com a Carta de Veneza, e deve ser registrada a data em que tal operação foi efetuada.

Artigo 14 – O jardim histórico deve ser conservado em um meio apropriado. Toda modificação do meio físico que coloque em risco o equilíbrio ecológico deve ser proscria. Essas medidas se referem ao conjunto da infra-estrutura, tanto externa como interna (canalização, sistema de irrigação, caminhos, estacionamentos, cercas, dispositivos de segurança, de suporte para visitantes, etc.).

RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Artigo 15 – Nenhum trabalho de restauração e, sobretudo, de recuperação de um jardim histórico deverá ser iniciado sem a realização prévia de uma ampla pesquisa que inclua o levantamento e compilação de todos os dados relativos ao jardim em questão, assim como de outros que lhe seja similar, a fim de assegurar que o trabalho a ser executado estará embasado em critérios científicos. O trabalho de restauração e recuperação deverá ser precedido pela elaboração de um projeto baseado nos dados levantados, o qual será submetido a exame e aprovação por parte de um grupo multidisciplinar de profissionais.

Artigo 16 – A obra de restauração deve respeitar os diferentes estágios de evolução pelo qual o jardim passou. Em princípio não se deve dar prioridade a um período em detrimento de outro, a não ser em casos excepcionais, onde o estado de degradação ou destruição que afete certas partes do jardim seja de tal envergadura que aconselhe sua recuperação, a qual deve basear-se nos vestígios que subsistam em uma evidência documental irrefutável.

Artigo 17 – Quando um jardim houver desaparecido por completo, ou dele restar apenas vestígios que sirvam para se conjecturar acerca de seus sucessivos estágios, não há, nesse caso, como se empreender sua reconstrução e, de modo algum, seria uma intervenção em um jardim histórico.

UTILIZAÇÃO

Artigo 18 – Em que pese o fato de que todo jardim histórico esteja destinado a ser visto e percorrido, seu acesso deve ser restringido em função de seu tamanho e sua fragilidade, de forma que se preserve sua integridade física e sua mensagem cultural.

Artigo 19 – Por sua natureza e vocação, o jardim histórico é um lugar aprazível que favorece o contato humano, o silêncio e a contemplação da natureza. Essa concepção de uso cotidiano tem seu contraponto na utilização excepcional do jardim histórico como lugar de festa. Convém definir as condições de uso extraordinário, de tal forma que essas celebrações contribuam para realçar o espetáculo do jardim, e não para tirar seu caráter natural ou degradá-lo.

Artigo 20 – Se no cotidiano os jardins servem à prática de atividades tranquilas, convém criar, nas zonas contíguas aos jardins históricos, áreas apropriadas às atividades agitadas e à prática de esportes, de tal maneira que se dê resposta a esta demanda social sem que se prejudique a conservação dos jardins e sítios históricos.

Artigo 21 – Os trabalhos de manutenção ou de conservação, cujo calendário é definido em função das estações do ano, ou as pequenas operações que contibuem para restituir a autenticidade, devem ter sempre prioridade sobre aquelas operações de utilização da área. A organização de toda visita a um jardim histórico deve estar submetida a regras que garantam a preservação do espírito do lugar.

Artigo 22 – A retirada dos muros de um jardim cercado não pode ser empreendida sem levar em consideração todas as conseqüências prejudiciais da modificação de sua ambiência e de sua proteção.

PROTEÇÃO LEGAL E ADMINISTRATIVA

Artigo 23 – Compete às autoridades responsáveis tomar, com a assessoria de especialistas, as disposições legais e administrativas apropriadas para identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Sua proteção deve estar inserida nos planos de uso e ocupação do solo e nos documentos de ordenamento e planificação do território. Compete igualmente às autoridades responsáveis tomar, assessorada por especialistas, as medidas econômicas que favoreçam a conservação, a restauração e, quando necessária, a recuperação dos jardins históricos.

Artigo 24 – O jardim histórico é um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige cuidados continuados através de profissionais qualificados. Convém que um ensinamento apropriado assegure a formação desses profissionais, visto tratar-se de historiadores, arquitetos, paisagistas, jardineiros ou botânicos. Deve haver também uma produção regular dos vegetais incluídos na composição dos jardins históricos.

Artigo 25 – O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todo tipo de atuação que seja capaz de revalorizar este patrimônio, através de: promoção da investigação científica; intercâmbio internacional e difusão de informação; publicação de trabalhos de divulgação; estímulo ao acesso controlado do público; sensibilização através dos meios de comunicação quanto à necessidade de se respeitar a natureza e o patrimônio histórico.

Observação: Essas são as recomendações aplicadas ao conjunto dos jardins históricos do mundo.

(Fonte: http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/info_DOC_CARTAVENECIA.htm)

Bibliografia

- ASSUNTO, R. *Il paesaggio e l'estetica*. Nápoles: Giannini Editore, 1973.
- BATTISTI, E. Reinventando per il futuro i giardini del passato. In: CAZZATO, V. (Org.). *Tutela dei giardini storici. Bilanci e prospettive*. Roma: Ministero dei Beni Culturali Ambientali, 1989.
- BAY, M.; QUADRI, L. *Geoffrey Jellicoe, dall'arte al giardino*. Milão: Il Verde Editoriale, 1999.
- BOCCHIERI, F. *Il giardino storico: Conoscenza, tutela, restauro, valorizzazione*. Milão: Electa, 1998.
- CARTA DE FLORENÇA. Disponível em: <http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/info_DOC_CARTAVENECIA.htm>. Acesso em: 2 dez. 2003.
- DELPHIM, C. F. M. Entrevista concedida em 29 de abril de 2002 a Ana Rosa de Oliveira. Disponível em: <http://www.jornaldapaisagem.com.br/artigos/art_ana_rosa06.htm>.
- DURANTE, A. *Ville, parchi e giardini in Umbria*. Roma: Pieraldo, 2000.
- FERRARA, G.; CAMPIONI G. *Tutela della naturalità diffusa, pianificazione degli spazi aperti e crescita metropolitana*. Milão: Il Verde Editoriale, 1997.
- GIULINI, P. Il giardino e la botanica. In: *Il Giardino Veneto*, Milão, 1988.
- _____. Le cure del patrimonio vegetale. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- MARK, L. *I grandi giardini storici*. Torino: Allemandi, 1993.
- PIZZETTI, I. Giardini e giardinieri. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- SEGAWA, H. *O passeio público continua sendo o jardim mais importante do urbanismo colonial brasileiro*. Entrevista concedida em abril de 2003. Disponível em: <<http://www.passeiopublico.com.br/secxxi-04.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2003.
- TAGLIOLINI, A. Il restauro delle aree verde della Certosa di San Lorenzo in Padula. In: *Atti del Convegno Nazionale Uso pubblico del Giardino Storico*. Castelfranco Veneto, 1986.
- TRANI, E. Come intervenire sul giardino storico per mantenere costante nel tempo quell'immagine. In: CASTELLI. *Notiziario del Consorzio per la salvaguardia dei Castelli storici del Friuli Venezia Giulia*. Udine. n. 91, p. 4-12, 2002.
- VALSECCHI, P. F. B. Sui problemi della gestione. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- WRIGHT, T. L'esperienza britannica. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.